METODOLOGIAS NO ENSINO DE HISTÓRIA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

CÁTIA PENHA DE ARAÚJO SILVA

RESUMO
O presente trabalho propõe reflexões acerca das metodologias no ensino de História nas séries iniciais do ensino fundamental, abordando aspectos da prática escolar do ensino de História, considerando a formação ampla do educando para que o mesmo desenvolva atitudes de autonomia em relação a seus estudos e pesquisas, partindo do conhecimento adquirido no âmbito social que está inserido. De acordo com os PCNs de História, o educador deve refletir criticamente sobre os conteúdos tradicionalmente ensinados e sobre outras possíveis relevâncias dos conteúdos de História para a formação de seus alunos como agentes transformadores, refletindo sobre "o eu, o outro e o nós" no presente, no passado e no futuro, construindo assim, sua própria história. A metodologia do trabalho se faz por meio bibliográfico, no qual foi utilizado livros, artigos científicos, revistas e pesquisas na internet. Os conteúdos abordados destacam como introduzir o ensino de História nas séries iniciais do ensino fundamental através de metodologias que levam em consideração a faixa etária do educando e o conhecimento de quem ele é como agente transformador e participativo na sociedade em que vive.

Palavras-chave: História. PCNs. Metodologia.

INTRODUÇÃO

Para adotar metodologias que favoreçam aprendizagens significativas nas aulas de História os professores precisam buscar práticas que possam estimular e incentivar os alunos pela busca do conhecimento.

O ensino de História deve servir como subsídio para reflexões, debates e leituras críticas sobre espaços, culturas e histórias do cotidiano dos alunos, a fim de conscientizá-los sobre seu papel transformador na sociedade.

Dessa maneira, este trabalho aborda metodologias de ensino de História nas séries iniciais do ensino fundamental, levando em consideração abordagens relevantes que possam contribuir para a formação dos alunos como agentes de transformação social, bem como, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de História, um documento fundamental que norteia o trabalho do professor.

Outro aspecto importante a destacar é em relação a importância de introduzir o ensino de História nas séries iniciais por meio de metodologias que considerem a faixa etária dos alunos, favorecendo assim, o reconhecimento da identidade dos mesmos como agentes transformadores e participativos na sociedade em que estão inseridos.

INTRODUÇÃO DAS METODOLOGIAS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Quanto as questões metodológicas obviamente devem se levar em consideração à faixa etária para desenvolver a História do Brasil nos diferentes ciclos do ensino básico. Para as crianças das séries iniciais deve-se considerar o lúdico, os quais permeiam suas mentes.

Não se devem exigir interpretações históricas sociológicas para essa faixa etária.

Nesse sentido, a BNCC destaca que:

> A história não emerge como um dado ou um acidente que tudo explica: ela é a correlação de forças, de enfrentamentos e da batalha para a produção de sentidos e significados, que são constantemente reinterpretados por diferentes grupos sociais e suas demandas – o que, consequentemente, suscita outras questões e discussões. O exercício do "fazer história", de indagar, é marcado, inicialmente, pela constituição de um sujeito. Em seguida, amplia-se para o conhecimento de um "Outro", às vezes semelhante, muitas vezes diferente. Depois, alarga-se ainda mais em direção a outros povos, com seus usos e costumes específicos. Por fim, parte-se para o mundo, sempre em movimento e transformação. Em meio a inúmeras combinações dessas variáveis – do Eu, do Outro e do Nós –, inseridas em tempos e espaços específicos, indivíduos produzem saberes que

os tornam mais aptos para enfrentar situações marcadas pelo conflito ou pela conciliação (BRASIL, 2017, p. 395-396).

Os educadores possivelmente entrarão em contato com os aspectos políticos, socioeconômicos e culturais atuais com auxílio de entrevistas com a população, empresários, comunidade escolar, dentre outros segmentos sociais, primeiramente com a realidade na qual está inserida.
Torna-se imprescindível que os educadores conheçam aspectos da vida cotidiana dos brasileiros nas diferentes épocas da civilização possibilitando assim introduzi-los no passado; como eram as relações dos diversos segmentos sociais entre si e com os indígenas, entre os brancos e negros escravos; como índios e negros marcaram a civilização brasileira.
Permitindo levar o educador ao conceito de cidadania através de estudos relacionados à luta das entidades ligadas aos movimentos negros, suas conquistas, as lutas pelos direitos da mulher, ao longo da História e as conquistas adquiridas, entre outras.

[...] o estudo da História desde os primeiros anos de escolaridade é fundamental para que o indivíduo possa conhecer-se, conhecer os grupos, perceber a diversidade, possibilitando comparações entre grupos e sociedades nos diversos tempos e espaços. Por isso, a História ensina a ter respeito pela diferença, contribuindo para o entendimento dos modos de leitura e escrita do mundo em que vivemos e também do mundo em que gostaríamos de viver (FONSECA, 2009, p. 252).

Para essa faixa etária das séries iniciais, o auxílio de quadro ou cenas específicas de cada época, textos de autores, pesquisas em revistas e jornais, leituras de obras históricas e paradidáticos, são de grande valia.
Dessa maneira, não se ensina uma História baseada apenas em datas, fatos e heróis brasileiros, mas subsidia o educando propiciando-o uma visão mais próxima à realidade do país, através das diferentes formas de vida e pensamentos dos brasileiros de diversas épocas.

Distinguir contextos e localizar processos, sem deixar de lado o que é particular em uma dada circunstância, é uma habilidade necessária e enriquecedora. Ela estimula a percepção de que povos e sociedades, em tempos e espaços diferentes, não são tributários dos mesmos valores e princípios da atualidade (BRASIL, 2017, p. 397).

Nas atividades de pesquisa o professor deve inicialmente:
- valorizar os saberes que os alunos já possuem sobre o tema, criando momentos de trocas de informações e opiniões;
- avaliar essas informações, identificando quais poderiam enriquecer seus repertories e suas reflexões;
- propor novos questionamentos, informando sobre desconhecidos e organizar pesquisas e investigações;
- selecionar materiais de fontes de informações diferentes para que sejam estudados em sala de aula;
- promover e facilitar o acesso a locais ricos de informações;
- promover a materialização dos estudos já realizados em produtos culturais como mostra cultural, mural, exposição, maquetes, etc. (PCNs, p. 75)

"Considerando a formação mais ampla do aluno e a importância de desenvolverem atitudes de autonomia em relação aos seus estudos e pesquisas é necessário que o professor os ensine como dominar procedimentos que envolvam questionamentos, reflexões, pesquisas, interpretações, comparações, confrontamentos e organização de conteúdos históricos" (PCNs, p. 76).
O professor como orientador define o tema e sugere o que, e onde pesquisar, propõe questões e as contradições entre as ideias, práticas e as obras humanas até que o aluno proceda de modo autônomo.
É importante que o professor retome algumas vezes a proposta inicial de trabalho, para novos julgamentos ou retomada do tema proposto.
Diante do exposto, a BNCC enfatiza:

O exercício da interpretação também permite compreender o significado histórico de uma cronologia e realizar o exercício da composição de outras ordens cronológicas. Essa prática explicita a dialética da inclusão e da exclusão e dá visibilidade ao seguinte questionamento: "O que torna um determinado evento um marco histórico?" Entre os debates que merecem ser enunciados, destacam-se as dicotomias entre Ocidente e Oriente e os modelos baseados na sequência temporal de surgimento, auge e declínio. Ambos pretendem dar conta de explicações para questões históricas complexas. De um lado, a longa existência de tensões (sociais, culturais, religiosas, políticas e econômicas) entre sociedades ocidentais e orientais; de outro, a busca pela compreensão dos modos de organização das várias sociedades que se sucederam ao longo da história. (BRASIL, 2017, p. 398).

A abordagem questionadora envolve explicação e interpretação que são confiantes e contraditórias e, portanto, importante que o professor crie situações rotineiras diante dos acontecimentos e das ações dos sujeitos históricos, da seleção e organização de fatos e da localização de informações no tempo histórica, isso implica na diversidade de possibilidades de compreensão dessa realidade. É importante também as diferentes leituras de jornais e revistas, o debate sobre problemas do bairro ou da cidade e as pesquisas socioeconômico entre a população, a identificação de diferentes propostas e compreensão defendidas na sociedade para solucionar problemas, estratégias de intervenção sobre a realidade e o aprendizado de como ler documentos variados.

O trabalho com documentos é fundamental como fonte de informação a serem interpretadas, analisadas e comparadas. Os documentos são entendidos como obras humanas que registram, de modo fragmentado pequenas parcelas das complexas relações coletivas e devem ser interpretados como exemplos de modo de viver, de diferentes visões de mundo, de possibilidades construtivas, específicas de contextos e épocas. São cartas, livros, relatórios, diários, pinturas, fotografias, filmes, músicas, mitos, lendas, construções variadas, vestimentas, utensílios, meios de comunicação, etc, as fontes de pesquisas que o professor deve orientar para que os alunos não aceitem facilmente as informações, considerando significativas aquelas que estão explicitadas e expostas na realidade ou nos documentos, aquelas que construam atitudes questionadoras e aprendam a comparar e confrontar as informações obtidas em uma pesquisa.

O trabalho de leitura de documentos, considerando as particularidades de suas linguagens. É favorável de ser desenvolvida nas séries iniciais do ensino fundamental, levando em consideração que as crianças estão tomando contato com as diversas linguagens comunicativas, como a língua escrita, matemática e artes.

São importantes as atividades que envolvem as histórias das ciências e dos meios de comunicação, como, por exemplo, a história da escrita, dos números, do cinema, jornal, televisão e rádio.

Os trabalhos com a leitura e interpretações de fontes bibliográficas garantem as crianças à oportunidade de obter informações diretamente das fontes primárias (fotos, construções e depoimentos orais), de modo crítico e em fontes secundárias (textos, livros, enciclopédias, documentários), que devem ser analisados como sendo construções que contemplam escolhas feitas por seus autores. Com o auxílio da Língua Portuguesa podem ser criadas situações em que os alunos aprendam a questionar e a dialogar com os textos; esses questionamentos sobre as obras requerem pesquisa por parte dos alunos, a seleção por parte do professor e de materiais que auxiliem a identificação de contextos e discernimento dos pontos de vista dos autores.

Nesse sentido, Fonseca (2009) considera:

Esse "privilégio" da alfabetização não quer dizer que não se deva ensinar História, Geografia e Ciências, mas que, além da própria alfabetização nessas áreas, o trabalho nelas desenvolvidos pode também, ao mesmo tempo em que se volta para o ensino de História, ser uma atividade fundamental no processo de desenvolvimento da linguagem oral e escrita. Exemplo: podemos realizar uma aula de leitura e interpretação de texto

partindo de um texto histórico, assim como trabalhar com a produção de textos a partir de um tema da história. A leitura propicia a aprendizagem em História, é inerente à atividade de construção de saberes históricos [...] é possível, sim, alfabetizar as crianças, ensinando e aprendendo História. Aprender história é ler e compreender o mundo em que vivemos (FONSECA, 2009, p. 5-6).

Dessa maneira, cabe ainda ao professor ensinar como questionar uma obra de arte como também promover momentos em que os alunos possam ler mais criticamente, mediante comparações com outras obras que distinguem por enfocarem abordagens diferenciadas, pois valorizar trabalhos de leitura crítica significa optar por aprendizagens qualitativas que leve o aluno a compreender as relações entre os homens, as suas ações e as suas produções.
Nesse sentido, Fonseca (2003) destaca:

Ensinar e aprender história requer de nós, professores de história, a retomada de uma velha questão: o papel formativo do ensino de história. Devemos pensar sobre a possibilidade educativa da história, ou seja, a história como saber disciplinar que tem um papel fundamental na formação da consciência histórica do homem, sujeito de uma sociedade marcada por diferenças e desigualdades múltiplas (FONSECA, 2003, p. 38).

Portanto, todo professor deveria trabalhar História do Brasil com auxílio das linhas do tempo e mapas históricos, levando os educandos a localizar fatos e datas fundamentais da História e o espaço em que se deram preparando-os para as etapas mais complexas do estudo.
Atualmente, enfatiza-se que o aluno é quem constrói seus conhecimentos, dessa maneira sela qual for a metodologia utilizada pelo educador o aprendizado é construído por quem é levado a fazê-lo, portanto, o conhecimento é construído pela mediação e intervenção do educador.
De acordo com o exposto, Guimarães (2003) destaca:

A transformação do ensino de história é estratégica não só na luta pelo rompimento com as práticas com as práticas homogeneizadoras e acríticas, mas também na criação de novas práticas escolares. O objetivo do saber histórico escolar é constituído de tradições, ideias, símbolos e significados que dão sentido às diferentes experiências históricas. Os professores de história, num determinado contexto escolar, com sua maneira própria de agir, ser, viver e ensinar, transforma um conjunto de conhecimentos históricos em saberes efetivamente ensináveis e faz com que os alunos não só compreendam, mas assimiles e incorporem esses ensinamentos de variadas formas (GUIMARÃES, 2003, p. 34).

Vários elementos levam a construção do conhecimento histórico, partindo da realidade que cerca o aluno para o estudo dos "fatos significativos" da nossa história, pois para conhecer o passado, deve-se ter ligação ao já conhecido pelo educando.
Diante do exposto, Nemi (2009) expõe:

O conhecimento é construído a partir da internalização dos conceitos aprendidos culturalmente por intermédio da interação com o outro. Por isso, a escola deve criar situações de aprendizagem em que as crianças troquem experiências e, em seguida, com a coordenação do professor, sistematizem as trocas realizadas. (NEMI, 2009, p. 41).

Nesse sentido, no ensino de História das séries iniciais, uma das primeiras atividades é o resgate de fatos ocorridos na família do educando e a construção de sua própria história, iniciada por meio do conhecimento de seu nome e o reconhecimento, tanto das relações familiares quanto da posição que ocupa no seu grupo familiar.
Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais:

[...] ensino de História possui objetivos específicos, sendo um dos mais relevantes que se relaciona à constituição da noção de identidade. Assim, é primordial que o ensino de História estabeleça relações entre identidades individuais, sociais e coletivas, entre as

quais as que se constituem como nacionais (BRASIL, 1997, p. 26).

Constrói-se a história familiar através de lembranças passadas, comemorações e tradições culturais; resgatando tradições e costumes familiares, os educandos começam a perceber quem verdadeiramente são os grupos a que pertencem, quais os costumes que igualam ou os diferenciam de seus amigos.
Através desse processo fazem comparações e explicam semelhanças e diferenças.
Com o auxílio de objetos e pessoas que estão presentes na vida do aluno, os mesmos procuram seus traços do passado.
Para os educandos a história da família só pode ser estudada com significado, se possibilitar uma relação com outras famílias especialmente e temporalmente distantes.
O educando forma sua noção de passado através de vivências, lembranças antigas e evidências encontradas no lugar em que vivem como objetos familiares e pessoais, fotos, cartões postais, etc.
Quando a criança percebe o seu eu e inicia a construção de sua identidade, é também o momento em que ela constrói o passado, este processo inicia-se quando o educador orienta o educando na organização dos dados de sua vida, iniciando dessa maneira a construção de sua história de vida.
Nesse sentido, os PCNs enfatizam:

A percepção do "outro" (diferente) e do "nós" (semelhante) é diversa em cada cultura e no tempo. Ela depende de informações e de valores sociais historicamente construídos. É sempre mediada por comportamentos e por experiências pessoais e da sociedade em que se vive. Em diferentes momentos da História, indivíduos, grupos e povos conheceram as desigualdades, as igualdades, as identidades, as diferenças, os consensos e os conflitos, seja na convivência social, espacial, política, econômica, cultural e religiosa, seja na convivência entre etnias, sexos e idades. Esses convívios mantiveram relações com valores, padrões de comportamentos e atitudes de identificação, distinção, equiparação, segregação, submissão, dominação, luta ou resignação, entre aqueles que se consideravam iguais, inferiores ou superiores, próximos ou distantes, conhecidos ou desconhecidos, compatriotas ou estrangeiros. (BRASIL, 1998, p. 35)

E ainda, salienta:

Hoje em dia, a percepção do "outro" e do "nós" está relacionada à possibilidade de identificação das diferenças e, simultaneamente, das semelhanças. A sociedade atual solicita que se enfrente a heterogeneidade e que se distinga as particularidades dos grupos e das culturas, seus valores, interesses e identidades. Ao mesmo tempo, ela demanda que o reconhecimento das diferenças não fundamente relações de dominação, submissão, preconceito ou desigualdade. Todavia, esse não é um exercício fácil. Ao contrário, requer o esforço e o desejo de reconhecer o papel que é exercido pelas mediações construídas por experiências sociais e culturais na organização de valores, que sugerem, mas não impõem, o que é bom, mau, belo, feio, superior, inferior, igual, perfeito ou imperfeito, puro ou impuro; que orientam, mas não restringem, as ações de aproximação, distanciamento, isolamento, assimilação, rejeição, submissão ou indiferença; e que possibilitam o conhecimento ou o desconhecimento da presença ou da existência da diversidade individual, de grupo, de classe ou de culturas.

A história de vida dos educandos e "suas relações sociais são redimensionadas com a reconstrução da história do lugar".
A cidade, a rua, a casa, o lugar são o universo em que a criança está inserida.
Através da natureza, contém elementos que caracterizam este lugar. Por exemplo, a casa pode ser caracterizada como um espaço físico, um lugar no qual está inserido um conjunto de pessoas ligado por diversos elos, estas, por sua vez, organizam os espaços e as relações sociais de acordo com suas culturas, individualizando-se e identificando-se. A maneira como se organizam as casas, demonstram seus costumes e o modo de como vivem.
O estudo da casa deve chamar a atenção

dos alunos sobre a ocupação dos espaços e as relações sociais que ali existem, do mesmo modo, no estudo das cidades.
O centro de uma pequena cidade está em volta de uma igreja, um jardim ou de uma fábrica, de uma escola, o mesmo não ocorre de maneira tão sistemática numa cidade como São Paulo, pois não há apenas um único ponto de concentração das mesmas pessoas.
Para o estudo do lugar, educadores e educandos devem atentar que uma cidade não é igual à outra, pois cada uma tem sua história, diferenciando-a e individualizando-a.
O estudo do espaço urbano deve ser realizado abordando as organizações internas da casa e as relações sociais em seu interior e exterior. O distanciamento das pessoas tem sido o ponto culminante das relações sociais nos grandes centros urbanos, pois há um contato superficial entre as pessoas, as mesmas vêm se isolando. É imprescindível que estas relações sejam estabelecidas quando se estuda a família e a cidade, pois dessa maneira é que se constrói a própria identidade do lugar.
Diante do exposto os PCNs evidenciam:

Não se aprende História apenas no espaço escolar. As crianças e jovens têm acesso a inúmeras informações, imagens e explicações no convívio social e familiar, nos festejos de caráter local, regional, nacional e mundial. São atentos às transformações e aos ciclos da natureza, envolvem-se com os ritmos acelerados da vida urbana, da televisão e dos videoclipes, são seduzidos pelos apelos de consumo da sociedade contemporânea e preenchem a imaginação com ícones recriados a partir de fontes e épocas diversas. Nas convivências entre as gerações, nas fotos e lembranças dos antepassados e de outros tempos, crianças e jovens socializam-se, aprendem regras sociais e costumes, agregam valores, projetam o futuro e questionam o tempo.
A partir de conceitos pré-estabelecidos como, fonte histórica, sujeito histórico, isto proporciona aos alunos um ensino partindo do seu local de vivência, utilizando para isso, documentos, fotos, mapas, filmes e objetos de uso do cotidiano. É importante não esquecer as pesquisas e estudos de campo, "desenvolvendo um trabalho de levantamento e organização de informações, leituras e formas de registros". (BRASIL, 1998, p. 49).

O documento também aponta a questão da cidadania:

A seu modo, o ensino de História pode favorecer a formação do estudante como cidadão, para que assuma formas de participação social, política e atitudes críticas diante da realidade atual, aprendendo a discernir os limites e as possibilidades de sua atuação, na permanência ou na transformação da realidade histórica na qual se insere. Essa intencionalidade não é, contudo, esclarecedora nela mesma. É necessário que a escola e seus educadores definam e explicitem para si e junto com as gerações brasileiras atuais o significado de cidadania4 e reflitam sobre suas dimensões históricas. (BRASIL, 1998, p. 36)

Assim, o aluno deve ser um agente histórico, participativo, crítico e consciente das sucessivas transformações que o rodeia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que o ensino de História nas séries iniciais do ensino fundamental seja realmente eficaz, é fundamental que o professor adote metodologias que não apenas transmitam conteúdos, mas que também incentivem a reflexão crítica e o protagonismo dos alunos em relação à sociedade.
Ao integrar práticas que respeitam as particularidades da faixa etária e as vivências dos estudantes, o ensino de História se torna uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento da consciência crítica e da autonomia.
Assim, ao refletir sobre o passado e o presente, os alunos são encorajados a se posicionar como agentes de transformação, compreendendo seu papel na construção de um futuro mais justo e participativo. O alinhamento com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) é essencial para garantir que essas metodologias estejam fundamentadas em

princípios que favoreçam uma educação de qualidade, inclusiva e voltada para a formação de cidadãos críticos e atuantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Base Nacional Comum Curricular. MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br (2017)

BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais. História e Geografia. Secretaria de Educação Fundamental. Brasilia- DF, MEC, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: História, Geografia. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997-1998.

FONSECA, S. G. Didática e prática de ensino de História. Campinas, São Paulo: Papirus Editora, 2003.

FONSECA, S. G. É possível alfabetizar sem "História"? Ou... Como ensinar História Alfabetizando? In: Fonseca, S. G. (org). Ensino Fundamental: conteúdos, metodologias e práticas. Campinas: Alínea, 2009.

GUIMARÃES, Selva. Didática e Prática de Ensino de História. São Paulo, 2003.

NEMI, Ana Lúcia Lana. Ensino de história e experiências: O tempo vivido: volume único: livro do professor/ Diego Luiz Escanhuela, João Carlos Martins. São Paulo: FTD, 2009.